



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 8029/2014 Projeto de Lei:
299/2014

Data e Hora: 03/10/2014 17:26:50

Procedência: Hércules Bellato

Dispõe sobre a criação da Semana de Estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas Municipais de Vitória e dá providências.

6

Dispõe sobre a criação da Semana de Estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas Municipais de Vitória e dá providências.

PROJETO DE LEI

“Dispões sobre a criação da Semana de Estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas Municipais de Vitória e dá providências”.

Art. 1º - Fica instituída a ***Semana de Estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*** no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Vitória, na semana do dia 13 de julho de cada ano.

§ 1º - A ***Semana*** tem por objetivo:

I – despertar nos alunos conhecimento sobre seus próprios direitos e deveres;

II – disponibilizar informações aos funcionários e profissionais da educação sobre o debate nacional sobre a Criança e o Adolescente;

III – o combate a todas as formas de descumprimento do E.C.A. ;

§ 2º - Durante a ***Semana*** a que se refere o caput deste artigo serão desenvolvidas, nas Escolas Municipais, estudos e atividades extra-curriculares que proporcionem, aos educadores, aos educandos e à comunidade escolar, amplo conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º - A organização da ***Semana*** em cada unidade escolar deve ficar, prioritariamente, a cargo do grêmio estudantil ou, quando este não existir, por uma comissão de alunos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
8029	02	N

A direção escolar deve dar o devido apoio logístico, bem como ceder sala(s) e auditório(s) para a consecução dos objetivos da presente Lei, durante a Semana.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 03 de Outubro de 2014.


Hercules Bellato
VEREADOR – PSB

Justificativa

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem o objetivo proteger a integridade da criança e do adolescente.

O ECA foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 e representa um avanço no direito das pessoas ao explicitar os princípios da proteção integral e da prioridade, já previstos na Constituição Federal de 1988, que elevou a criança e o adolescente a preocupação central da sociedade e orientar a criação de políticas públicas em todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), mediante a criação de conselhos paritários (igual número de representantes do Estado e da sociedade civil organizada).

Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, adolescente é aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um ano de idade.

Para formação é necessário que profissionais na área de educação, a população e os estudantes (crianças e adolescentes) se informem e aprendem a defender seus direitos e a cumprir suas obrigações. Por isso a iniciativa de criar a Semana de Estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente se faz importante.

Vitória/ES, 03 de Outubro de 2014.


Hercúles Bellato
VEREADOR – PSB



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
829	04	N



AO DEL
PARA PROVIDÊNCIAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Noranei O. S. Queiroz
Matr.: 6206
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

03-10-2014

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 06/10/2014

DIRETOR

LAURO Cypreste
Diretor DEL
CMV

INCLUA-SE EM PAUTA PARA
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 07/10/14

Presidente da Câmara

PAUTADO EM DISCUSSÃO

Em 08/10/2014

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM DISCUSSÃO

Em 9/10/14

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3 DISCUSSÃO

Em 14 / 10 / 14

PRESIDENTE DA CÂMARA

AO S.A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
- 2) EDUCAÇÃO
- 3)
- 4)

EM 16 / 10 / 20 14

DIRETOR DEL

Lauvo Cypreste
Diretor DEL
GUV

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr Vereador... *Finicla*

... *Simões* ... para relatar


Em 16 / 10 / 14

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
8029	05	

PROCESSO: 8029/2014

PROJETO DE LEI N°: 299/2014

AUTOR: Hércules Bellato.

EMENTA: *“Dispõe sobre a criação da semana de estudos sobre o estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas Municipais e dá outras providências.”*

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise dispõe sobre a criação da semana de estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas Municipais de Vitória, na semana do dia 13 de julho de cada ano.

Observa-se que, segundo o projeto de lei, alguns dos objetivos da semana de estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente são despertar nos alunos conhecimento sobre seus próprios direitos e deveres, combate a todas as formas de descumprimento do ECA, dentre outros.

A teor da matéria é de imprescritível importância que profissionais na área de educação, a população e os estudantes se informem e aprendam a defender seus direitos e a cumprir suas obrigações razão pela qual a iniciativa de criar a semana de estudos sobre o estatuto da criança e do Adolescente seria importante.

Seguindo sua regular tramitação, o processo foi encaminhado a esta Comissão de Justiça para emissão de parecer, é o que passa a expor.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
8029	06	

II-PARECER

Inicialmente, este vereador consigna que o projeto de lei em questão apresenta, inequivocamente, nobre intento, já que visa ampliar o conhecimento das crianças a respeito do conteúdo do ECA pelas crianças que frequentam as escolas públicas. Contudo, esta Comissão não deve se atentar ao mérito, mas sim com relação ao aspecto legal e constitucional da matéria, além da técnica quanto à redação.

Dito isto, em detida análise ao projeto de Lei em tela e, sob estrita observância às suas prerrogativas regimentais, especialmente aquelas atinentes ao inciso I do artigo 61, da Resolução de nº 1.919/2014, o qual estabelece que compete à Comissão de Justiça opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade, técnica da matéria em análise, esta Comissão entende o seguinte:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

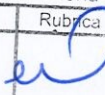
(...)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, TENDO COMO DIRETRIZ A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
8029	07	

Do parágrafo 9º observa-se que o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente deverá ser objeto do currículo escolar, não se limitando a uma semana como proposto.

Sem prejuízo do exposto, apenas em amor ao debate, ainda que ultrapassada tal questão, a matéria é de competência do Chefe do poder Executivo, já que diretamente relacionada ao modo de funcionamento das escolas municipais, o que se trata de matéria da Administração Superior deste Município.

Nesse teor de ideias, é que se entende pela **ILEGALIDADE** e **INCONSTITUCIONALIDADE**, do projeto de lei em apreço.

Attílio Vivacqua, 03 de novembro de 2014.

Vinicius Simões

Relator- Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

Comissão de Justiça

Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 16 / 11 / 14

Presidente



Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
8029	08	

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ao Departamento Legislativo,

Para as devidas providências tendo em vista a Comissão de Justiça ter julgado a matéria Inconstitucional.

SAC – Serviço de Apoio às Comissões Permanentes

O presente processo deverá ser arquivado em razão do artigo 61 da Resolução 1919/2014 "Regimento Interno".

30/12/2014

Lauro Cypreste
Diretor DEL
CMV

ARQUIVADO
Em 30/12/2014
Câmara Municipal de Vitória